

**RESENHA**  
**A ESCOLHA DA GUERRA CIVIL: UMA OUTRA HISTÓRIA DO**  
**NEOLIBERALISMO**

Pierre Dardot, Haud Guéguen, Christian Laval & Pierre Sauvêtre

Leonardo Barbosa e Silva<sup>1</sup>

Desde que Dardot e Laval tornaram-se mais conhecidos em terras brasileiras, suas obras têm assumido um papel importante para compor o referencial progressista na interpretação da natureza e dos efeitos das políticas neoliberais. A obra que inspira essa resenha insere-se no contexto que se pode chamar de desdobramentos daquela recepção. O lançamento de *A nova razão do mundo* (DARDOT; LAVAL, 2017) na América Latina (no Brasil e no Chile em particular), suscitou acolhimento, diálogos e críticas, e entre as últimas, a necessidade de pensar a relação íntima entre neoliberalismo e violência para além do território europeu. Na mala de regresso os autores levaram, portanto, as sugestões colhidas. A fecundidade dos diálogos desaguou na criação do Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (GENA) e na redação, em parceria com Guéguen e Sauvêtre, de *A escolha da guerra civil – uma outra história do neoliberalismo*.

Tal como o anterior, esse livro é suscitador de frutíferas reflexões. A escolha do título e do subtítulo revela um primeiro acerto, afinal seria possível apresentar boa parte do conteúdo da obra na síntese batismal. Esse será o fio condutor da resenha.

Ao anunciar a apresentação de uma outra história do neoliberalismo, o livro prenuncia conteúdo inovador. O neoliberalismo, a exemplo de outros termos igualmente desgastados pelo uso, tem sido objeto de um sem-número de textos, acadêmicos ou não. Sua elasticidade quase

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (1999), mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003 e 2008). Foi Pró-reitor de Assistência Estudantil da UFU, secretário nacional e coordenador nacional do Fórum de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE/ANDIFES). Participou da coordenação da IV e V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (ANDIFES). Atualmente é professor da Universidade Federal de Uberlândia, vinculado no Instituto de Ciências Sociais, unidade que dirigiu de março a novembro de 2020. No mesmo instituto coordena o Núcleo de Sistema Político e Políticas Públicas (NUPP) e o Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas (OPP). Atua no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Hoje coordena pesquisas sobre evasão, retenção e perfil discente nas instituições federais de ensino superior. Tem experiência na área de Sociologia e Ciência Política, com ênfase em Estado Brasileiro e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: reforma administrativa, reforma do Estado, neoliberalismo, evasão e retenção no Ensino Superior, perfil dos graduandos das universidades federais e assistência estudantil.

infinita o condena a, ao tentar explicar tudo, ser incapaz de explicar o essencial. Desta feita, seria duplamente auspicioso se propor a enfrentar um objeto já tão estudado.

A outra história apresentada é, na verdade, a história das ideias neoliberais. Ainda que o caso da experiência chilena componha um dos doze capítulos, o recheio predominante diz respeito à recuperação no tempo de certa racionalidade, ou seja, a história da nova razão do mundo. Para recontar a longa trajetória, o livro valeu-se de escritos dos anos 1920 até os dias de hoje, e resgatou as obras de ordoliberalis, da Escola Austríaca e da Escola de Chicago, com ênfase nas duas primeiras.

Em que pese o fato de que a diversidade entre as escolas possa indicar posicionamentos mais ou menos conservadores, ou mais ou menos reacionários, o texto conseguiu demonstrar aqueles elementos de comunhão, sabidamente 1) a defesa de um Estado forte com capacidade de reprimir as oposições, 2) a defesa da violência conservadora da ordem do mercado contra a democracia e a sociedade e 3) um projeto político (estratégia) de neutralização do socialismo e das formas de exigência de igualdade.

Penso ser possível comemorar o fato de que a obra não se alinha a uma parte considerável da produção teórica acerca do tema que ainda insiste em usar o termo Estado Mínimo para designar a forma de atuação estatal defendida por neoliberais. Assim, nos usos e abusos do termo, consagrou-se a tese de que reduzir o tamanho e a atuação estatais consistiria na característica essencial do neoliberalismo. A escolha da guerra civil nos permite deixar para atrás a expressão enganosa que tantas vezes se viu desconfortável diante da história, tal como na ampliação do gasto social no governo Thatcher (ANDERSON, 1995) ou na intervenção contundente na recuperação do sistema financeiro nacional ao final dos anos 1990 no Brasil (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002; LESBAUPIN, 1999; PETRAS; RAMPINELLI; OURIQUES, 1997) e nos EUA nos anos 2008 (BRESSER-PEREIRA et al., 2009; LIMA; DEUS, 2013; MAZZUCHELLI, 2008). Deste modo, o Estado sonhado pelo pensamento neoliberal é forte e interventor, e o intervencionismo próprio ao neoliberalismo é aquele “preocupado em criar e sustentar a armadura jurídica indispensável à ordem do mercado” (DARDOT et al., 2021, p. 38).

Entretanto, há também menos novidade em afirmar que o neoliberalismo é um projeto político violento, material e simbolicamente, contra seus opositores mais relevantes (o Estado Providência, o Socialismo, a soberania popular, a democracia de massas e o coletivismo). Outros autores e autoras já haviam demonstrado se tratar de “um programa de destruição metódica dos coletivos” (BOURDIEU, 1998), uma verdadeira vingança do capital contra o trabalho (ANTUNES, 2008), um projeto autoritário e violento (HARVEY, 2014) voltado à destruição do

Estado de Bem-estar (DRAIBE, 1993a, 1993b; SOARES, 1999) e do nacional-desenvolvimentista (CANO, 1999), e rivalizando com a democracia (BORÓN, 2003).

Ainda assim, parece um traço meritório do livro a ênfase no aspecto da violência. Sobretudo ao dar voz a Mises e Hayek para que se comprove, desde os inaugurais momentos da teoria neoliberal, sua filiação indelével às mais diversas formas de violência, do fascismo às ditaduras sanguinárias latino-americanas, bem como o desprezo pelo povo e suas decisões.

Justamente na vaga do discurso violento dos pais fundadores da Sociedade de Mont Pélerin é que se ancora a tese central do livro e seu próprio título. A tese nuclear pode ser descrita como sendo “O neoliberalismo procede, desde as origens, de uma escolha fundadora: a escolha da guerra civil” (DARDOY et al., 2021, p. 22). Note-se que a origem ou procedência do neoliberalismo reside numa escolha fundadora. Ao compreender assim, os autores e a autora extraem da guerra civil qualquer forma de circunstancialidade enquanto marca do pensamento neoliberal, e passam a conferir-lhe estruturalidade, organicidade e imanência.

Todavia, convém alertar que o uso da expressão guerra civil é distinto daquele que se convencionou entender por um conflito armado interno entre agrupamentos sociais organizados e distintos. No caso em tela, o conteúdo diz respeito ao curso de uma guerra total (sociais, étnicas, políticas e jurídicas, culturais e morais) contra grupos sociais de clivagens diversas, a partir de estratégias diversificadas (locais e globais) e opondo coalizões oligárquicas a certos setores da população. Fruindo de certa liberdade interpretativa, diria se tratar de um conserto de extermínio dos rivais do neoliberalismo, de caça a todos e todas que na sua existência materializam a negação da supremacia decisória do livre mercado. Deste modo, pessoas portadoras de direitos sociais, estrangeiras em migração, resistentes em organizações representativas e progressistas de maneira geral compreenderiam alguns dos agrupamentos sociais a serem vitimados pela guerra.

Para arregimentar apoio histórico às descobertas das ideias, a obra mobiliza com brevidade as experiências trumpista e bolsonarista, e se detém com mais paciência sobre a Ditadura de Pinochet. À primeira vista, as experiências históricas cabem como uma luva ao argumento, pois conseguem expressar com profusão de exemplos a guerra escolhida.

No entanto, algumas ressalvas seriam necessárias para ponderar o argumento. A primeira diria respeito à necessidade de diferenciar aquilo que é o conteúdo e o percurso discursivo do pensamento neoliberal daquilo que é sua prática manifesta em gestões governamentais. A bem da verdade, tal necessidade já havia sido exposta por outros autores (HARVEY, 2014), no entanto a circunstância torna-a novamente oportuna.

Antes de tudo, cabe refletir se governos são prolongamentos de teorias e de discursividade acadêmica. Se a escolha da guerra civil salta das páginas para os gabinetes, definindo-lhes agendas e decisões. Governos são, como se sabe, resultados de conjunturas muito ricas e específicas. Das coligações às coalizões, duelos de classes, frações de classes e demais grupos sociais forjam um cenário cuja correlação de forças pode definir a extensão dos compromissos de mandatos. Ora, diante do exposto, pode-se concluir que a liberdade que o discurso neoliberal possui para firmar compromissos com a guerra civil pode não se replicar em governos tipicamente neoliberais, pois esses dependem muito mais do quadro das forças em luta. Com efeito, a escolha da guerra civil em termos discursivos pode não operar em termos governamentais e, portanto, tal escolha seria muito mais ontologicamente relativa ao discurso do que à prática.

Não se quer objetar o fato incontestado de que vários governos neoliberais operaram a guerra civil, no entanto, como admitem em passagens zelosas no livro, é possível reconhecer experiências neoliberais mais amenas, galvanizadas adaptativamente às condições dadas em cada país (DARDOT et al., 2021, p. 67). Nessas linhas que relativizam ou contextualizam a expressividade imanente da guerra, os autores e a autora ajustam melhor o argumento, no entanto o ajuste ainda continua em franco choque com a tese central do livro.

Outra ressalva pode ser trazida à tona e tem origem semelhante à anterior, pois retira da história a ilustração para tensionar o argumento. Vejamos, o conjunto de violências elencadas pela obra como escolha fundadora do neoliberalismo pode ser encontrado em momentos não neoliberais. O capitalismo, desde sua consolidação no norte global, especificamente a partir das Revoluções Francesa e Industrial, declarou guerra às associações sindicais. Igualmente assassinou militantes paredistas ou sufragistas, sacrificou mulheres e imigrantes, impôs genocídios e etnocídios em vários continentes. De luditas à StoneWall, das mulheres da Triangle Shirtwaist aos povos exterminados pelo imperialismo neocolonialista, o capitalismo tem escrito sua história com a estratégia da eliminação das oposições, das resistências e dos direitos. A guerra civil, então, não parece ser um traço típico da história do pensamento neoliberal, mas, talvez, da existência do capitalismo.

Há certa probabilidade que a associação ontológica entre a guerra civil e o pensamento neoliberal tenha sido assanhada pelo crescimento da extrema direita em vários lugares do mundo. Além de sua presença evidentemente mais expressiva nos anos recentes, também chama a atenção sua associação às bandeiras tipicamente neoliberais. Entretanto, deve-se retomar a história para que se entenda a natureza do capitalismo, as particularidades do neoliberalismo e a contextualidade da emergência da extrema-direita. Ao levar os dois últimos para a dimensão da imanência, a obra corre

o risco de não construir os limites entre conjuntura e estrutura. A saída que se pode sugerir passaria por alertar quem lê acerca da natureza da obra. Trata-se mais, e como se anunciou anteriormente, de uma história das ideias neoliberais, do que uma história das práticas governamentais do neoliberalismo. O alerta está no corpo do livro, mas a abordagem conferida parece trair-lhe. Assim, corre-se o risco de apresentar o neoliberalismo como um sistema total, ciente, funcional, sem história e sem territorialidade. Um sistema que independe das classes e das correlações de forças. Um sistema que se coloca universalmente a partir de sua essência.

Por fim, uma derradeira ressalva. Em que pese o fato de a obra ter se dedicado a analisar a violência do neoliberalismo também fora da Europa, ainda resta claro que a totalidade da história das ideias neoliberais é europeia, com textos e autores europeus. Seria, portanto, prudente inquirir: a escolha teórica de neoliberais europeus pela guerra civil a devida fonte para pensar o neoliberalismo no mundo? Da mesma forma, caberia perguntar: as experiências históricas do sul global, desde a emergência do capitalismo, se fizeram sem guerra civil? Antes mesmo de que qualquer conteúdo discursivo neoliberal se pusesse de pé, a guerra civil já era a tônica para a vida de escravizados e povos nativos. E quando o colonialismo perdeu seu vigor e a colonialidade passou a imperar, a guerra civil continuou opondo coalizões oligárquicas locais e internacionais às resistências periféricas. Quem são os mortos dentro da noite feroz, ontem e hoje? Quem são os que tombaram pela Roda Viva, a quem o Rapa procura? Pretos e pretas, mulheres e povos nativos, imigrantes e LGBTQI+ estão onde sempre estiveram desde a modernidade, na alça de mira de uma guerra civil.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. 8a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Em: **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. [s.l: s.n.]. p. 212.

BORÓN, Atilio. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. Sader E, Gentili P,(comps.) **La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social**. Buenos Aires: CLACSO/EUDEBA, [S. l.], 2003.

BOURDIEU, Pierre. A essência do neoliberalismo. **Le Monde Diplomatique**, [S. l.], 1998. Disponível em: <https://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos et al. **A crise financeira de 2008**. Brazilian Journal of Political Economy, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 133–149, 2009.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. **Em: Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Zero à esquerda**3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 491.

DARDOY, Pierre; GUÉGUEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÉTRE, Pierre. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

DARDOY, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Campinas: Boitempo Editorial, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=JvFFDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=dardot+laval&ots=Rg09ToI8tv&sig=xtg3vnQ0dXOqivaEamQa-A79cBw#v=onepage&q=dardot+laval&f=false>.

DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais e o neoliberalismo-reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **revista USP**, [S. l.], n. 17, p. 86–101, 1993. a.

DRAIBE, Sônia Miriam. **O redirecionamento das políticas sociais segundo a perspectiva neoliberal**. Em: Brasília: Serviço Social da Indústria, 1993. b.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (ORG.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. Disponível em: <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=BIBA.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=010523>.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, [S. l.], v. 17, n. 32, p. 52–65, 2013.

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], p. 57–66, 2008.

PETRAS, James; RAMPINELLI, Walder; OURIQUES, Nildo. **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. Xamã ed. São Paulo.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. 1ª reimpre ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.